

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I ATIVIDADES DE CONTROLE DO ESTADO.....	29
1.1 O controle da administração pública.....	29
1.2 Aspectos da compreensão do controle.....	32
1.2.1 Quanto ao órgão executor	33
1.2.1.1 Administrativo	33
1.2.1.2 Legislativo	38
1.2.1.3 Judiciário	44
1.2.1.4 Controle social.....	47
1.2.2 Quanto ao momento.....	53
1.2.2.1 Controle prévio	53
1.2.2.2 Controle concomitante.....	57
1.2.2.3 Controle posterior.....	58
1.2.3 Quanto à finalidade.....	61
1.2.3.1 Controle de legalidade	61
1.2.3.2 Controle de mérito	65
1.2.4 Quanto ao tipo.....	66
1.2.4.1 Controle interno.....	68
1.2.4.1.1 O controle interno nos poderes do Estado	72
1.2.4.1.2 Controle externo	84
1.2.4.2 A questão da segregação de funções.....	87
1.2.5 Quanto a iniciativa.....	89
1.2.5.1 De ofício	89
1.2.5.2 Por provocação	90



2	O TRIBUNAL DE CONTAS	95
2.1	Sistemas de controle das contas públicas – os principais modelos	95
2.2	Os principais modelos de Tribunais de Contas no direito comparado	101
2.2.1	França	102
2.2.2	Bélgica	104
2.2.3	Itália	105
2.2.4	Portugal.....	108
2.2.5	Espanha.....	110
2.2.6	Federação Russa	111
2.2.7	Tribunal de Contas Europeu	112
3	A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	119
3.1	Evolução histórica	119
3.1.1	Fase Brasil Colônia.....	119
3.1.2	Período Imperial	121
3.1.2.1	A Constituição de 1824	121
3.1.3	Período Republicano.....	123
3.1.3.1	Constituição de 1891	123
3.1.3.2	Constituição de 1934	127
3.1.3.3	Constituição de 1937	128
3.1.3.4	Constituição de 1946	130
3.1.3.5	Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional 1/69.....	131
3.1.3.6	Constituição de 1988 – Transição do modelo de administração burocrática para o de administração gerencial.....	133
3.2	Os Tribunais de Contas no Brasil	143
3.2.1	O Tribunal de Contas da União	150
3.2.2	O Tribunal de Contas dos Estados e o do Distrito Federal	153
3.2.3	O Tribunal de Contas e Conselhos de Contas dos Municípios	158
3.2.4	O Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro ..	161
3.3	Repensando a tripartição de poderes – o Tribunal de Contas na estrutural estatal	162
3.4	O Tribunal de Contas e o Estado Democrático de Direito	181
3.5	Composição e organização dos Tribunais de Contas.....	183
3.5.1	Ministros e Conselheiros	184

3.5.2	Auditores	198
3.5.3	Ministério Público	200
3.5.4	Secretaria e órgãos auxiliares.....	220
4	O SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS.....	223
4.1	A fiscalização da execução orçamentária	223
4.2	Tribunal de Contas e políticas públicas	226
4.3	Fiscalização e controle.....	230
4.3.1	A obrigação constitucional de prestar contas.....	233
4.3.2	Da definição de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.....	237
4.3.2.1	Fiscalização contábil.....	237
4.3.2.2	Fiscalização financeira.....	239
4.3.2.3	Fiscalização orçamentária.....	239
4.3.2.4	Fiscalização operacional.....	241
4.3.2.5	Fiscalização patrimonial	241
4.3.3	Objeto e alcance da fiscalização	242
5	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO VETORES DE CONTROLE DA ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	247
5.1	A função dos Tribunais de Contas e os princípios constitucionais da Administração Pública	248
5.2	Postulados do sistema de fiscalização contábil, financeira e orçamentária ...	258
5.2.1	Controle da legalidade	258
5.2.2	Controle da legitimidade.....	269
5.2.3	Controle da economicidade.....	271
5.2.4	Controle da aplicação de subvenções.....	274
5.2.5	Controle sobre a receita e a renúncia de receitas	276
5.3	Lei 9.784/99 e Tribunal de Contas.....	277
6	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	285
6.1	Competência em gênero e espécie	290
6.2	Contas do chefe do Poder Executivo	290
6.2.1	Contas do Presidente da República.....	293
6.2.2	Contas dos Governadores	297
6.2.3	Contas dos Prefeitos.....	299

6.2.4	Contas sobre a gestão fiscal	300
6.2.5	Julgamento das contas dos demais responsáveis	301
6.3	Da iniciativa da fiscalização – <i>ex officio</i> , provocada pelo Poder Legislativo, denúncia e representação	316
6.4	Dos instrumentos da fiscalização	320
6.4.1	Levantamentos	321
6.4.2	Auditorias	321
6.4.3	Inspeções	329
6.4.4	Acompanhamentos	329
6.4.5	Monitoramentos	330
6.5	A Súmula 347 do STF e o controle de constitucionalidade pelo Tribunal de Contas	331
6.6	Competências complementares	342
6.6.1	Representação	342
6.6.2	Ouvidoria	345
6.6.3	Informação	346
6.6.4	Fiscalização de recursos repassados aos entes federados	347
6.6.5	Fiscalização de recursos repassados ao comitê olímpico e paraolímpico	352
6.6.6	Fiscalização, acompanhamento e avaliação da desestatização	352
6.6.7	Outras fiscalizações	354
6.6.8	Função consultiva	357
6.6.9	Função pedagógica	360
6.6.10	Fiscalização sobre licitações e contratos administrativos	363
7	RESPONSABILIDADE FISCAL	377
7.1	Definição dos responsáveis	385
7.1.1	O ordenador de despesa	387
7.2	O julgamento de contas e a repercussão jurídica desse julgamento	405
7.3	Rejeição das contas e inelegibilidade	408
7.4	Independência de instâncias	412
8	DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO	415
8.1	Dos processos estatais	415
8.2	Dos processos de contas	420



8.2.1	Prestação de contas do chefe do Executivo – as contas de Governo	420
8.2.2	Tomada de contas	430
8.2.3	Prestação de contas	430
8.2.4	Tomada de contas especial.....	432
8.2.5	Apreciação dos atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensionamento	435
9	RECURSOS E EXECUÇÃO DAS DECISÕES	455
9.1	Previsão e hipóteses de cabimento.....	455
9.2	A execução das decisões do Tribunal de Contas	459
10	DAS SANÇÕES E DEMAIS PROVIDÊNCIAS	465
10.1	Sanções aplicáveis pelo Tribunal de Contas	465
10.1.1	Multa.....	465
10.1.2	Glosa de despesa e fixação de débito.....	468
10.2	Fixação de prazo para a adoção de providências	468
10.3	Demais providências.....	474
10.3.1	Declaração de inidoneidade do licitante	474
10.3.2	Afastamento liminar do servidor	475
10.3.3	Sustação de ato	476
10.3.4	Suspensão do contrato	477
10.3.5	Indisponibilidade de bens	477
10.3.6	Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.....	478
11	O CONTROLE EXTERNO DO CONTROLE EXTERNO	479
11.1	Considerações iniciais	479
11.2	O controle jurisdicional judicial pelo Supremo Tribunal Federal.....	486
11.3	O controle jurisdicional judicial pelos demais órgãos do Poder Judiciário ...	489
CONCLUSÕES.....		491
REFERÊNCIAS.....		497
ÍNDICE ALFABÉTICO		517